

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 38, DE 13 DE AGOSTO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2360/93. Referência: Terra Indígena MBIGUAÇU. Interessado: Grupos Indígenas Guarani Nhandéva e Guarani Mbyá. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Processo: 20.0. (160), 51
 Date: 20/08/99
 Class: GTD 00055

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2360/93, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga IANE ANDRADE NEVES que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MBIGUAÇU, de ocupação dos respectivos grupos tribais Guarani Nhandéva e Guarani Mbyá, com superfície e perímetro aprovados de 58 hectares e 5 km respectivamente, localizada no município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MBIGUAÇU

Referência: Processo FUNAI/BSB/2360/93. Terra Indígena: Mbiguaçu. Localização: Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina. Superfície: 58 ha (gleba A - 46 ha e gleba B - 12 ha). Perímetro: 5 Km (gleba A - 3,24 km e gleba B - 1,76 km). Sociedades Indígenas: Guarani Nhandéva e Guarani Mbyá. Família Linguística: Tupi-Guarani. População: 85 habitantes (1998). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria 922/PRES, de 15.09.98, coordenado pela antropóloga Iane Andrade Neves.

I - DADOS GERAIS

O território tradicional ocupado pelos Guarani estende-se ao leste do Paraguai, nordeste da Argentina e Uruguai, e aos estados brasileiros Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, havendo ainda a presença de famílias Guarani Mbyá no Maranhão (em terra de índios Guajajara), Tocantins (aldeia Karajá do Norte, em Xambioá, e no Posto Xerente, em Tocantínia) e Pará (aldeia Nova Jacundá).

Neste território os Guarani são classificados em três grupos: Kaiowá, Mbyá e Nhandéva. Os Kaiowá se concentram no estado do Mato Grosso do Sul e leste do Paraguai, e se identificam perante os outros Guarani apenas como Kaiowá. Os Mbyá ("gente") encontram-se no leste do Paraguai, norte da Argentina e do Uruguai. No Brasil, no interior dos três estados do sul e no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em região de Mata Atlântica. São os Mbyá que continuam com os movimentos migratórios em direção ao leste (litoral), em busca da Terra sem Mal, identificados como a população indígena na costa sudeste/sul do Brasil (Ladeira, Darella, Ferrareze, 1996). Os Nhandéva ("os que somos nós, os que são dos nossos"), são conhecidos também como Xiripa ou Apapokua, conforme Curt Nimuendaju. Algumas famílias vivem no Paraguai. No Brasil encontram-se Nhandéva em Mato Grosso do Sul, onde vivem com os Kaiowá e são identificados apenas como Guarani. Em São Paulo os Nhandéva vivem no Posto Indígena de Araribá no interior do estado e, no litoral, nas aldeias de Ribeirão Silveira, Itariri, Itaoca e Bananal. Os Mbyá em São Paulo se referem aos Nhandéva das aldeias do litoral sul de Tupi-Guarani.

Quanto à movimentos migratórios, não se tem notícias de movimentos de famílias Nhandéva, desde a década de 40, como ocorre ainda hoje com os Mbyá. Os Nhandéva são mais antigos que os Mbyá na região litorânea de Santa Catarina e, em decorrência dos fluxos migratórios dos séculos passados, se estabeleceram no litoral, formando suas aldeias, sendo reconhecidos como descendentes dos Carijó.

1.1 Os Guarani do Estado de Santa Catarina

No século XVI, os Guarani encontravam-se no litoral da Cananéia até a Lagoa dos Patos, estendendo-se para o interior até a bacia dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, sendo denominados de Carijó. O francês Paulmier de Gonneville, em viagem ao município de São Francisco do Sul, no litoral de Santa Catarina, em 1503-4 descreve pela primeira vez os Carijó. Em 1516, foi a expedição de Juan Dias de Solís que aportou na ilha de Santa Catarina, havendo um naufrágio de uma das embarcações, sendo que três dos sobreviventes, Aleixo Garcia, Melchior Ramires e Henrique Montes, acabaram por contribuir para o reconhecimento dos Carijó. Em 1541, Alvar Núñez Cabeza de Vaca visitou os Carijó do litoral catarinense e em expedição pela boca do rio Itapocu, litoral norte de Santa Catarina, encontrou os primeiros povoados Guarani no interior. Entretanto, em uma obra de 1644, do Pe. Tomás de Urená, foi constatado um despovoamento indígena do litoral resultante da escravização dos índios e de diversas epidemias. Assim, a população indígena acabou migrando ou fugindo para o interior e aí permanecendo até ser impelida para o litoral em virtude dos movimentos migratórios Guarani em direção ao leste, em busca do território tradicional.

A presença contemporânea do grupo indígena Guarani na TI Mbiguaçu é verificada desde 1987, quando o Cacique Milton Moreira, o pioneiro e hoje representante político da aldeia, chegou a terra após trabalhar em Governador Celso Ramos e a ocupou. O Cacique Milton é originário da TI Morro dos Cavalos mas com a morte de Júlio Moreira, pai e chefe, e de um pretense proprietário a incomodar os Guarani da terra indígena, muitos se dispersaram.

O Curador, Seu Alcindo, o chefe religioso e sogro do Milton, chegou dois anos depois com a esposa e família. Os outros Guarani que se encontravam espalhados na região, foram chegando na terra aos poucos, pois trabalhavam no campo como agregados, trabalho assalariado em roça para não-índio.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A TI Mbiguaçu está localizada no balneário de São Miguel, município de Biguaçu, no Estado de Santa Catarina e se encontra distante 22 km da capital Florianópolis. A distância da capital até o município de Biguaçu é de 17 km e da sede deste município até a entrada da TI são 5 km.

A TI Mbiguaçu com superfície aproximada de 58 ha, encontra-se dividida em duas glebas, cortadas pela rodovia BR-101. No sentido Biguaçu-Florianópolis, a margem direita da BR-101 está a gleba A com aproximadamente 46 ha e no sentido Biguaçu-Florianópolis, a margem esquerda da BR-101 está a gleba B com aproximadamente 12 ha.

Na superfície da TI Mbiguaçu existe apenas uma aldeia, a Yynn-Moroty-Whera, designada de "A Nossa Comunidade" nas conversas realizadas com o grupo técnico. O nome da aldeia é o mesmo da escola e quer dizer água brilhante que reflete a luz. Isso porque a área da TI possui várias nascentes de água cristalina. A TI Mbiguaçu e sua aldeia são o Tekoá desta comunidade indígena. Trata-se aqui do conceito de Tekoá, a partir da designação que todos os índios apresentam para a aldeia. É o espaço que abriga as famílias extensas e nucleares, indicando que a vida está em função de todo um grupo relacionado à aspectos físicos como a terra, o mato e o entorno.

A população da TI Mbiguaçu é de 85 índios, distribuída em 22 famílias, em uma única aldeia. É formada por Guarani Nhandéva, havendo uma família Guarani Mbyá e índias Mbyá casadas com índios Nhandéva. Quando ocorre visitas à TI, são geralmente Guarani Mbyá visitando parentes. Dentre estas 22 famílias, cinco são de

TI TITO	Documentação
PROJETO	
Ponto	D.O.U. (160)
Data	20/08/99 Pg 15
Class.	

famílias mestiças, conforme classificação feita pela comunidade indígena da TI Mbiguaçu. São famílias constituídas por casamentos entre Guarani Nhandéva/Mbyá e branco. Sendo que quando do GT em campo, uma família de mestiço se manifestou pela saída de Mbiguaçu. Uma família vinda de Chapecó e que se dirigiria para Ibituba. Mesmo em famílias mestiças a língua Guarani é falada.

Na TI há as moradias, a Casa de Reza, a escola e a Casa de Artesanato. E estas construções são de quatro tipos: palhoças, de madeira, alvenaria e "nativa". Todas as construções se encontram na gleba A.

As casas de madeira na TI totalizam 11 unidades, mais as palhoças, para as 22 famílias. Palhoças são casas antigas construídas de madeira tirada da mata. As casas em maior número na aldeia são de madeiras, tábuas adquiridas pela Administração Executiva Regional da FUNAI em Curitiba. O convênio DNER/FUNAI construirá oito casas de alvenaria e uma casa de artesanato. As casas de alvenaria deverão ser construídas ao lado de uma casa de madeira. Na comunidade há casas em que moram duas famílias e em função disso foi necessário se fazer um puxado de palha. Na aldeia somente uma casa se diferencia das demais, a Casa de Reza (Opy), atual residência do Curador Seu Alcindo. O material da Casa de Reza é de pau a pique (salpicada de barro) e telhado de palha, local da prática dos rituais religiosos. Quanto a infra-estrutura, como água, luz, esgoto, banheiro, estas são para todas as 11 casas existentes e as novas que serão construídas. Todas as casas na aldeia possuem água encanada, banheiro com chuveiro elétrico, privada e pia; tanque e luz elétrica, havendo um relógio em cada casa.

III- ATIVIDADES PRODUTIVAS:

As atividades produtivas desenvolvidas pelos Guarani Nhandéva/Mbyá são a agricultura de subsistência, criação de animais, coleta e artesanato. A agricultura representa para a aldeia da TI Mbiguaçu a garantia do alimento, quando as outras fontes não mostram o resultado esperado. O artesanato, voltado para o público consumidor não-indios, turistas, como divulgação da sua terra bem como para suprir a comunidade de mais uma fonte de renda. Complementam a renda com outras atividades, como trabalho assalariado e placas de propaganda instaladas na TI para serem vistas pelos que trafegam na BR-101.

Estas atividades estão intimamente relacionadas com o modo de ser Guarani, a sociedade local e os recursos naturais da área em que incide a TI. As atividades desenvolvidas dentro dos limites da TI são as mais importantes porque estão vinculadas à terra. O trabalho assalariado visa angariar fundos para melhorias neste mesmo espaço. Quem trabalha a semana toda para terceiros, trabalha sábado e domingo para a comunidade de Mbiguaçu. Os índios que não trabalham para terceiros e se dedicam nos afazeres da comunidade durante a semana, tem o final de semana para descanso.

A superfície proposta para a TI Mbiguaçu, foi dividida em duas glebas A e B, em função de estar cortada pela BR-101. Na gleba A estão as habitações, as roças, a criação de animais, a mata para a coleta, o futuro açude e a futura casa de artesanato. Nesta área estão todas as atividades da comunidade. No caso da criação de animais, são lotes coletivos nos quais são criados patos, gansos, galinhas, marrecos e coelhos. Na gleba B, atualmente utilizada para a coleta, existe planos para futuras roças e algumas moradias, por se tratar de uma área mais plana.

A agricultura/criação animal representam a principal fonte de alimentação para a população. É uma agricultura de subsistência, desenvolvida em lotes comunitários, sempre perto de uma residência. A prática agrícola desenvolvida pela comunidade de Mbiguaçu é a roça de toco, onde se derruba e queima a vegetação para a plantação das roças.

As roças e os galinheiros estão sempre perto de uma moradia, mas pertencem a todos da comunidade e as tarefas são divididas entre todos, bem como toda a produção. A manutenção de uma horta particular, familiar, não impede que outras famílias possam usá-la.

Na preparação das roças utiliza-se apenas a mão-de-obra indígena. Não há a utilização de tração animal e o plantio e o semeio são feitos manualmente. Quanto ao local de plantio, os índios tem consciência do tipo de solo mais adequado, se preocupando com a erosão e buscando recursos para a adição de adubos químicos e calcário. Neste caso os pedidos são feitos à AER de Curitiba. O laudo de análise do solo indica baixa fertilidade e acidez. Mas os índios tem completa consciência destes fatos. Há ainda a orientação da prefeitura de que a comunidade indígena não pode derrubar parte da mata em razão de ser Mata Atlântica. Os índios tem consciência da aldeia estar situada em um território muito acidentado e de que fazendo a derrubada da mata, o terreno tem maiores chances de erosão e será usado uma única vez. Sabem que sendo uma área identificada, poderão usar a área como entenderem, usando o necessário e quando precisam, mas conforme seus costumes, sem a intervenção municipal/estadual. As plantações na época do estudo se concentravam na gleba A, em um morro. Mas com a identificação confirmada, a comunidade tem planos de plantar na gleba B, por estar mais perto do mar e ser mais plana. Existem várias plantas frutíferas e com sementes nativas pretendem implementar a plantação já existente. Os índios sabem onde se deve plantar e onde se deve conservar a mata intocada. Quando necessitam de auxílio para plantio das áreas cultivadas já enfraquecidas, dirigem-se a AER em Curitiba, para obtenção de adubo químico e outros produtos para a terra.

Nas atividades comunitárias, o mês de plantação é o mês mais laborioso para os índios. Primeiro é feita a limpeza da área, normalmente nos meses de julho a agosto. A limpeza geral do terreno é feita pelas mulheres e depois os homens capinam. Mas na hora de plantar as sementes e mudas, o trabalho é exclusivamente masculino. As roças são feitas em curva de nível, para evitar erosão. Preparam o terreno e, assim, quando chega a época da plantação, é feita uma reunião para decidir o dia de início dos trabalhos. A escolha do dia em que se vai plantar é consenso para toda a comunidade. Assim quando chega o dia de plantar, todos os índios já estão sabendo e cada um faz o seu serviço. Tudo supervisionado pelo cacique Milton, o chefe político, já que entre suas tarefas está o de saber o dia da limpeza, da plantação e atividades de cada Guarani da aldeia.

A época da plantação é normalmente no mês de setembro e não são usadas todas as sementes. Em setembro de 1998, o dia marcado para o plantio do feijão e milho já havia sido definido: 15/09. Só estavam a espera das sementes de feijão que a FUNAI enviaria. Se dispõem de 40 kg de semente, planta-se 10 kg ou um pouco mais dependendo do tempo. Isto acontece em virtude de muitas sementes não germinarem. Então é programado novo plantio no final do mês de outubro, quando é possível usar todas as sementes na plantação para não perdê-las. Na definição da data de plantio, toma-se o cuidado de escolher uma data que não seja lua nova, pois os índios informaram que plantar nestes dias "bicha" toda a plantação. No caso da batata-doce não "bicha" se plantada na lua nova, mas "racha tudo e cria veia". Os índios tem sempre um reservatório para plantio (baração). Pega-se o baração e plantando fora da época da lua nova e dá tudo certo com a plantação. As culturas mais utilizadas na TI Mbiguaçu são: feijão, mandioca, batata-doce, jabuticaba, banana, milho e amendoim.

Adquirem outros gêneros alimentícios para a aldeia, como é o caso da erva-mate e o fumo, não produzidos na área, mas cujo plantio está nos planos do cacique para suprir as necessidades da aldeia. Compram com recursos conseguidos através da venda do artesanato e de trabalho assalariado. Outros artigos como café, farinha de trigo e de milho, sabão, utensílios e mesmo roupas, também são adquiridos com dinheiro obtido com a venda do artesanato e trabalho assalariado. Como a TI está totalmente inserida no contexto urbano, as compras são feitas em vendas/supermercados do município de Biguaçu. O dinheiro do trabalho assalariado é específico de quem executar o serviço e no caso do artesanato, o valor cobrado, descontado a porcentagem da casa de artesanato, não é dividido com o resto da comunidade. Pode-se dizer que estes fatos representam a 'adaptabilidade' dos Guarani com o meio em que vivem e que a sociedade ainda se mantém coesa com os fundamentos Guarani. Seu Alcindo, o curador, quando "pisou" na TI Mbiguaçu nunca mais trabalhou para branco.

A coleta na TI Mbiguaçu é realizada para suprir a necessidade da aldeia de produtos da mata. Através dela se obtém a matéria-prima para a confecção do artesanato, as plantas medicinais para a cura das doenças e utilização nos rituais e as frutas para consumo da aldeia e venda. Taquara, bambu, sementes, argila, madeira, frutas e outros produtos encontrados na mata, são a garantia de sobrevivência para os Guarani Nhandéva/Mbyá da TI Mbiguaçu.

O artesanato é uma espécie de vitrine para a aldeia da TI Mbiguaçu. No mês de abril é freqüente a visita de escolas à comunidade da TI Mbiguaçu, levando roupas e alimentos e, principalmente, comprando artesanato. Antes da construção da casa de artesanato, os artefatos eram colocados em frente às casas para a venda. A casa de artesanato concentrará tudo. São nestas visitas, que os índios fazem a defesa da cultura Guarani.

Cestos, balaio, colares, bichinhos de madeira e artefatos de palhas são feitos por homens e mulheres, não havendo distinção. No caso das crianças, elas estão aprendendo, sendo passado de pai para filho dentro de casa. A comunidade prepara o cultivo das ervas medicinais ensinando os jovens, tanto em rodas de "mate/chimarrão" quanto na escola. Essas mesmas informações foram repassadas ao Seu Alcindo, em conversa, em rodas de chimarrão quando era jovem.

De acordo com o depoimento do Cacique Milton, são produzidos pelos índios balaio, cestos e bichinhos de madeira os quais, eles pretendem continuar confeccionando após a construção da Casa de Artesanato. Não obstante, o trabalho que atualmente é individual passará a ser coletivo e a divisão de trabalho será da maneira a seguir: na semana em que determinado índio estiver responsável pela confecção de balaio, outro índio assumirá suas atividades domésticas nesse período. Na semana seguinte outro índio assume a responsabilidade na confecção dos artesanatos. O balaio confeccionado terá seu valor dividido entre quem o confeccionou e a casa de artesanato. Um exemplo: se um balaio custa R\$ 15,00, aproximadamente R\$ 5,00 ficarão com a casa de artesanato e R\$ 10,00 para quem confeccionou o artefato. Essa divisão se justifica pelo fato da Casa de Artesanato ter despesas, tais quais luz, limpeza e pagamento aos Guarani que ficarão responsáveis pelo atendimento ao público.

A casa de artesanato é mais um incentivo aos Guarani, bem como será um ponto de referência para a manutenção da cultura indígena, e um estímulo ao adolescente Guarani que não se interessa pela produção artesanal, somente pelo trabalho assalariado. Neste sentido, estarão não só resgatando a sua cultura como garantindo a sua sobrevivência, pois "artesanato se faz, se vende e se ganha."

IV - MEIO AMBIENTE

A TI Mbiguaçu localiza-se em região de Mata Atlântica primária e secundária.

Quanto ao relevo, segundo a classificação, a TI Mbiguaçu se localiza na região da Província Estrutural da Mantiqueira, compreendida entre a Planície Costeira e a Serra Geral, predominando o terreno acidentado (Almeida, 1977).

A Mata Atlântica, encontrada na localidade da TI Mbiguaçu, é a formação vegetal conhecida como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas

O solo da TI Mbiguaçu é do tipo latossolo vermelho-amarelo, distrófico, de baixa fertilidade natural e de natureza ácida, constatada em análise laboratorial realizada em setembro de 1998, pela EPAGRI de Santa Catarina. Sua textura é argilo-arenosa, com característica cimento silicoso/ferruginoso. Apresenta baixa permeabilidade, o que provoca acumulação de água em baixada e pouca pedregosidade em alguns locais.

Os fatores do solo como a fertilidade natural e a declividade da gleba A, explicam o empenho da comunidade em assegurar a gleba B para as futuras roças, que seriam uma espécie de 'celeiro', por ser uma área de maior aptidão para a agricultura, e a erosão um fator quase inexistente. Utilizam a gleba A na atualidade para coleta de frutas, plantas medicinais e matéria-prima para artesanato. A água não é fator limitante para a produção, em virtude da área ser rica em nascentes, além da própria condição climática da região.

A maior parte da TI Mbiguaçu é coberta por mata, com várias nascentes de água sendo preservada pelos indígenas. Entendem que o desmatamento indiscriminado não favorece a aldeia, já que a área é em uma encosta. A mata protege as nascentes, evitando assim o risco de falta d'água para a aldeia. Sem a mata há aceleração do processo de erosão, o que prejudica a agricultura. Para se controlar a erosão de sulco, a plantação das lavouras da TI é feita em curvas de nível contra a declividade do terreno. Nota-se na entrada da área um imenso corte utilizado anteriormente como material de empréstimo na construção da BR-101.

As áreas após desmatadas, embora férteis nas primeiras colheitas, não são após o segundo ou terceiro ano de plantio ininterruptos. A sugestão, já de conhecimento da aldeia, é a recomposição da fertilidade através da adubação química e orgânica, com a aplicação de calcário. E por isso há projetos da comunidade, visando a recuperação do solo.

Os animais encontrados na mata da TI Mbiguaçu são cutia, quati, tatu, mico, gambá, papagaio, gralha preta/marrom, gavião, saracura e nhambú. Os índios não caçam, objetivando a preservação das espécies.

V- REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo indígena Nhandéva/Mbyá, da TI Mbiguaçu, são dos últimos três anos, 1996-1998. Foram obtidas em setembro de 1998 em conversa com o Cacique Milton. Em 1996 não houve nenhum nascimento. Registrou-se, no entanto, dois óbitos, dois homens cujas causas foram naturais. Em 1997, foram registrados quatro nascimentos e nenhum óbito. Em 1998, até o mês de setembro, foram registrados quatro nascimentos, um óbito (natimorto) e três mulheres estavam grávidas com previsão de nascimento das crianças para o fim deste mesmo ano.

Não registramos fatores de desequilíbrio nas taxas de natalidade e mortalidade. A projeção relativa do crescimento populacional é positiva, demonstrando uma tendência a nascimentos na ordem de quase quatro vezes superiores ao de mortes. Esta projeção é uma evidência de que existindo uma estabilidade e havendo a garantia da terra, a população tende a crescer.

Os principais aspectos cosmológicos do grupo indígena Nhandéva/Mbyá, da TI Mbiguaçu, envolvem rezas, festas (batizado do milho, batismo das crianças, casamentos) e um ritual cotidiano, a roda de chimarrão.

A reza é uma das práticas xamanísticas mais realizadas na TI Mbiguaçu. É nas rezas que os Guarani entram em contato com os seus antepassados, além de ser o momento das realizações das consultas. A religião é uma característica marcante e presente no cotidiano do grupo. Tanto que na Cosmologia Guarani, foram os primeiros seres criados por Deus, estando na terra como guardiões.

Todo dia há reza, não sendo obrigatória a presença de todos os índios da aldeia. Mas nas rezas realizadas quinzenalmente é obrigatória a presença de toda a comunidade. Estas rezas são marcadas durante as reuniões da aldeia. O horário das rezas, a noite, são entre as dezoito horas vinte e uma horas, na Casa de Reza, Opy. Antigamente os dias das rezas eram mais definidos, sendo realizadas sábado e domingo, sempre no período da noite.

As festas estão intimamente ligadas às colheitas agrícolas. Isso demonstra que os rituais estão intimamente ligados à terra, atrelados à religião. A economia está vinculada às crenças, que só ocorrem quando integradas ao elemento terra. Isto vem confirmar que apesar das influências da sociedade "branca", várias práticas tradicionais persistem e que estão vinculadas ao fator terra.

As festas são realizadas para agradecer. No caso do batismo do milho é um agradecimento de boa colheita e no batismo da criança é para se ganhar o nome Guarani. A última festa do milho na TI Mbiguaçu foi realizada em 1996.

Ter o nome Guarani é obrigatório, devido a isso o batizado realizado na festa do milho é fundamental para o índio. Quando o batizado é apenas de uma criança não é necessária a presença de toda a aldeia no ritual, apenas do pai, da mãe e dos avós para saberem o nome da criança. Mas se for um batizado de mais de cinco crianças a comemoração é de todos e é realizada na festa do batismo do milho.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Na TI Mbiguaçu não há benfeitorias e nem ocupação de não-índios, entretanto há atribuição de propriedade a três não-índios.

1) Rosimar Petrelli, representada pelo pai Mário José Gonzaga Petrelli, detentora de Escritura Pública registrada em cartório, cuja área está totalmente inserida na TI Mbiguaçu. Quando do grupo técnico em campo, a proprietária e seu representante, não foram encontrados para o preenchimento do LVA. Estes movem uma ação de indenização por desapropriação indireta contra a FUNAI e a União Federal desta área, por considerarem estarem sendo esbulhados pelos índios. A área em questão é formada por duas partes: exatamente uma parte da gleba A com 61.000,06 m² (6,1 ha) e toda a gleba B com 100.165,00 m² (10 ha). A área não é explorada e nem ocupada por eles. Quando ingressaram em juízo com a ação, estavam cientes de que a Terra Indígena Mbiguaçu estava em fase de identificação pela FUNAI. Alegam que a FUNAI ocupou a área indevidamente colocando placas de indicação de terra indígena.

É preciso dizer que a placa que se encontra na TI tem como objetivo indicar a presença de índios que recebem assistência do órgão tutor federal. Nesta ação judicial estão tentando demonstrar que houve transferência do bem particular para o patrimônio público.

2) José Lauro Nau que possui a posse de uma área de 34 ha, que informou estar esta área cadastrada no INCRA, sendo que a área estimada incidente na gleba A da TI Mbiguaçu, é de aproximadamente 4 ha. O possessor se negou a assinar o LVA, mas forneceu todas as informações constantes no laudo. A área incidente na Terra Indígena não é explorada pelo dito possessor e não há nenhuma ocupação. Nos outros 30 ha que não incidem na TI Mbiguaçu, há uma família residindo. A posse se encontra na localidade conhecida como Morro do Tibúrcio.

3) Espólio de Nilo Machado, representado pela D'Avila Administração e Participações Ltda., empresa criada pelos herdeiros para os negócios da família, cuja procuradora é Luciana D'Avila, que detém a Escritura

Pública registrada em cartório, e cadastrada na INCRA, de uma área inserida na gleba A da TI Mbiguaçu, com 6,050 ha, cujo título possuem há 20 anos. O LVA foi feito e assinado e o advogado contactado, estando a par de todo o trabalho de identificação. A área não é explorada e nem ocupada por eles. Também não apresentaram o n° do imóvel na INCRA.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO:

A Identificação e delimitação da TI Mbiguaçu foi resultado dos trabalhos realizados pelo GT instituído pela Portaria n° 922/PRES/98, em função de convênio realizado entre a FUNAI e o DNER, firmado em 28 de agosto de 1997. O convênio foi motivado pela constatação da existência de índios na área de influência da duplicação da rodovia BR-101, trecho Garuva-Palhoça. Coube à FUNAI responsabilizar-se pela coordenação técnica dos estudos e levantamentos necessários ao reestudo de Mbiguaçu e à eleição e definição fundiária das terras indígenas Corveta I e II, Rio do Meio, Garuva, Rio Bonito e Reta. O objetivo principal do convênio é a proteção das comunidades indígenas Guarani do litoral do estado de Santa Catarina, trecho Garuva-Palhoça, em virtude dos impactos advindos da duplicação da BR 101.

Considerando que a duplicação da BR 101 compromete o espaço do entorno das áreas indígenas, tornando o espaço social das aldeias mais vulnerável, desestimulando a prática de rituais tradicionais decorrentes da intensificação do tráfego, do crescimento dos municípios, do desenvolvimento do turismo, dentre outras, foram sugeridas medidas como identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, definição de outras habitadas mais recentemente pelos Guarani, bem como ampliação de algumas já existentes, como é o caso da TI Mbiguaçu.

A TI Mbiguaçu já foi objeto de estudo de identificação em 1993, conforme Portaria n° 973 que obedecia o Decreto 22/91. Não obstante, a elaboração do resumo somente ocorreu em 1996, durante a vigência do Decreto 1775 e Portaria 14, os quais exigiam a complementação dos estudos já iniciados.

A proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Mbiguaçu, proposta pelo grupo técnico instituído pela Portaria 922/PRES/98, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, foi embasada nos trabalhos de campo e nas reivindicações dos índios que participaram de todas as etapas de definição da superfície da terra indígena. Foi fundamentada com base no artigo 231, § 1° da Constituição Federal de 1988, Decreto n° 1.775, de 08 de janeiro de 1996 e a Portaria n° 14/MJ, de 09 de janeiro de 1996. A TI Mbiguaçu com sua superfície de 58 ha permitirá a preservação dos seus usos, costumes e tradições dos Guarani que a ocupam.

Assim foi identificada uma área, com superfície aproximada de 58 ha dividida em duas glebas em função do corte da rodovia BR 101, essenciais aos Guarani Nhandéva e Mbyá. A gleba A, no sentido Biguaçu-Florianópolis, localiza-se à margem direita da BR-101, na encosta do morro e conta com aproximadamente 46 ha e a gleba B, no sentido Biguaçu-Florianópolis, à margem esquerda da BR-101, a beira mar está com superfície aproximada de 12 ha.

A gleba A na encosta do morro se constitui em área de ocupação permanente, onde se desenvolve as atividades produtivas e a preservação ambiental, necessárias a reprodução física e cultural dos Guarani. A gleba B, a beira mar é onde o grupo indígena desenvolve a coleta, se constituindo em necessária ao desenvolvimento das atividades produtivas, a preservação ambiental e a reprodução física e cultural.

IANE ANDRADE NEVES
Antropóloga/DEID/DAF

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
Departamento de Demarcação - DED
Memorial Descritivo de Delimitação
Denominação
Terra Indígena MBIQUAÇU
Grupo Indígena
Guarani Nhandéva e Guarani MByá
Localização

Município: Biguaçu
Administração Executiva Regional: Curitiba

Estado: Santa Catarina

Coordenadas Dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte:	27°27'33" S	48°39'13" Wgr
Leste:	27°27'47" S	48°38'19" Wgr
Sul:	27°27'58" S	48°38'21" Wgr
Oeste:	27°27'42" S	48°39'17" Wgr

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SG.22-Z-D-II-4	1:50.000	IBGE	1974

Superfície: 58 ha (cinquenta e oito hectares, aproximadamente)
Perímetro: 5 km (cinco quilômetros, aproximadamente)

Descrição Do Perímetro

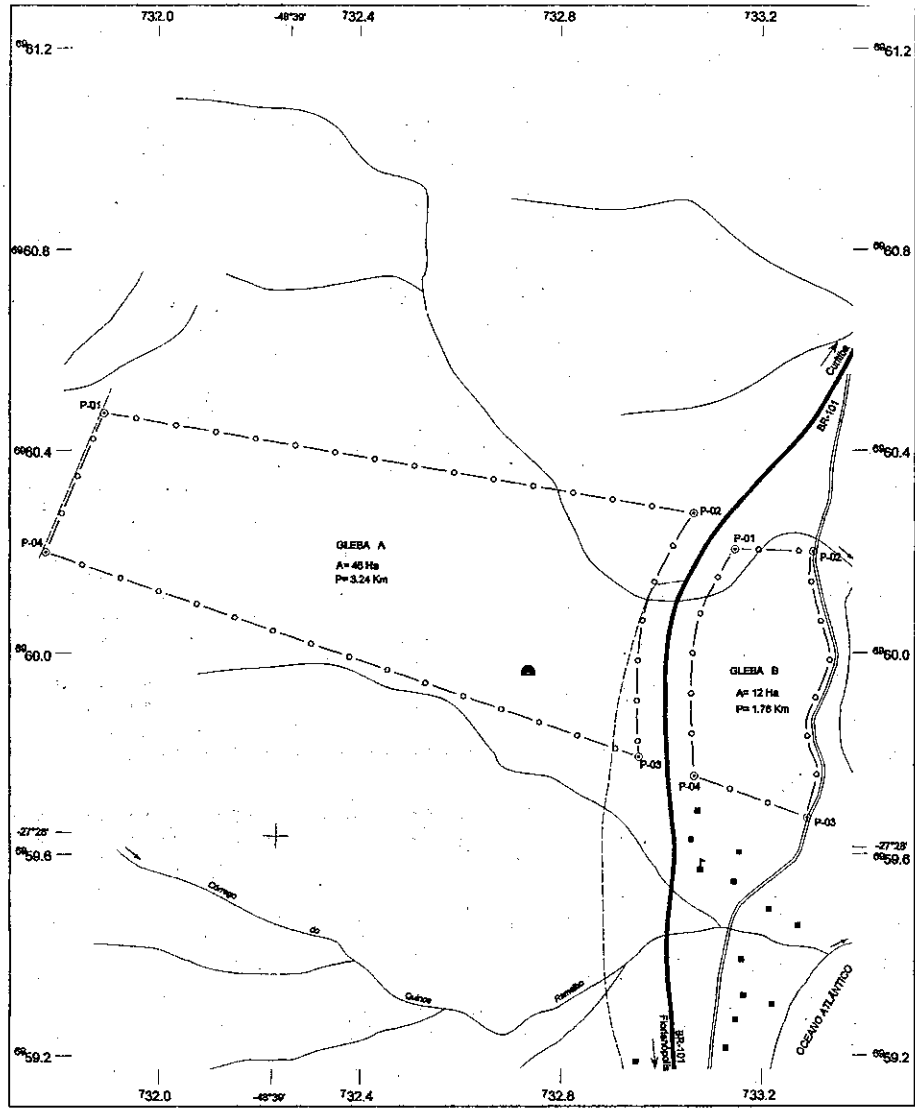
GLEBA "A" - Superfície: 46 hectares aproximadamente e Perímetro: 3,24 quilômetros aproximadamente. NORTE: partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'33" S e 48°39'13" Wgr., localizado à margem de um caminho existente, segue por uma linha reta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'38" S e 48°38'30" Wgr., localizado na faixa de domínio esquerda da rodovia BR-101 (sentido Curitiba-Florianópolis); LESTE: do ponto antes descrito, segue pela faixa de domínio até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'54" S e 48°38'34" Wgr.; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'42" S e 48°39'17" Wgr., localizado à margem de um caminho existente; OESTE: do ponto antes descrito, segue pelo referido caminho até o Ponto 01, inicial desta descrição. GLEBA "B" - Superfície: 12 hectares aproximadamente e Perímetro: 1,76 quilômetros aproximadamente. NORTE: partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'41" S e 48°38'27" Wgr., localizado na faixa de domínio esquerda da rodovia BR-101 (sentido Curitiba-Florianópolis), segue por uma linha reta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'41" S e 48°38'21" Wgr., localizado à margem da rua Bento Francisco (antiga estrada estadual); LESTE: do ponto antes descrito, segue pela referida rua até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'58" S e 48°38'21" Wgr.; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 27°27'57" S e 48°38'30" Wgr., localizado na faixa de domínio da rodovia BR-101; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela referida rodovia até o Ponto 01, início desta descrição. Responsável técnico pela identificação dos limites: Sandra Barcelos Coelho, Engenheira Agrimensora, CREA 66.724/D-MG.

DOCUMENTAÇÃO

Fonte: D.O.U. (160)

Data: 20/08/99 Pg 16

Class. 61.0.0.0



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 - ⊕ POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSO
 - △ ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
 - △ MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATÉLITE
 - PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
 - PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
 - RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
 - RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
 - RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM CAMINHO
 - RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
 - LAGO OU LAÇOA, TERREMO SUJEITO A INUNDAÇÃO
 - LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DEFORMAÇÃO:		PLANTA:	
TERRA INDÍGENA MBIGUAÇU		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: BIGUAÇU		SUPERFÍCIE: 56 Hs	PERÍMETRO: 6 Km
ESTADO: SANTA CATARINA		ESCALA: 1:10.000	DATA: 31/05/99
CITY: CURITIBA		PROCESSO: 2360/93	BASE CARTOGRÁFICA: 80.22-Z-D-11-4
RESP. TEC. DELIMITAÇÃO LIMITES: SILVANA AMORIM NETO ARTRÓPODOLOGIA - DE ODIAS	RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: BÁNDRA SÁBIO DE COELHO SIS. AEROFOTOGRAFIA CRIAÇÃO DE 24.2412 - 99	VISTO CHEFE DO DEPT. FRANCISCO SOLOMONO TERRAS INDÍGENAS CRIAÇÃO DE 24.2412 - 99	PORTARIA Nº: 922/PRES/98